

RECURSO ESPECIAL Nº 1.751.181 - PR (2018/0159634-6)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : ROZELI FRANCA DOS SANTOS
ADVOGADOS : TIAGO AZNAR MENDES - PR050356
GUILHERME PREZENSE SASAKI - PR058860
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **ROZELI FRANCA DOS SANTOS**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela Turma Regional Suplementar do Paraná do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento de apelação, assim ementado (fl. 184e):

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE PARCIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Hipótese em que se mantém a sentença que entendeu pelo não restabelecimento do benefício de auxílio-doença, uma vez que o laudo pericial não confirmou a incapacidade laboral, tendo em vista, ainda, a idade e a escolaridade da parte autora.

2. Considerando o trabalho adicional em grau recursal realizado, a importância e a complexidade da causa, nos termos do artigo 85, § 2º e § 11, do CPC, restam majorados os honorários advocatícios para que a faixa inicial seja fixada em 15% da condenação ou do proveito econômico obtido (artigo 85, § 3º, I, CPC). Caso a condenação ou o proveito econômico, por ocasião da liquidação, supere a primeira faixa, o acréscimo deverá incidir na mesma proporção nas faixas mínimas e máximas subsequentes, na forma do artigo 85, § 5º, do CPC.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 206/209e).

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

- I. Art. 62 da Lei n. 8.213/91 – tendo em vista que a Autora está incapacitada para o exercício de sua atividade habitual, necessário é, antes que seja cessado o benefício previdenciário, seja a mesma encaminhada ao processo de reabilitação profissional; e
- II. Art. 1.022, I e II, do Código de Processo Civil – não foi sanada a contradição existente quanto à atividade habitual de costureira da

Requerente, como também, não foi suprida a omissão relativa a inserção da Autora em programa de reabilitação profissional, apesar do disposto no artigo 62 da Lei 8.213/91.

Aduz, ainda, a inaplicabilidade da Súmula n. 7/STJ, por não se tratar de reexame de provas, uma vez que a questão posta em apreço resolve-se a partir das conclusões do acórdão recorrido.

Sem contrarrazões (fl. 231e), o recurso foi admitido (fl. 233e).

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *c*, e 255, III, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Assiste razão ao Recorrente quanto à violação ao art. 1.022, do Código de Processo Civil.

A sentença reconheceu a incapacidade de grau moderado da parte autora, passível de reabilitação para atividades que não exijam movimentos repetitivos dos membros superiores, porém indeferiu o restabelecimento do benefício, porquanto a autora pode exercer outra atividade, evitando apenas as que exijam movimentos repetitivos.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

O tribunal de origem julgou improcedente a apelação interposta pela

autora sem analisar a possibilidade de aplicação do art. 62, caput e parágrafo único, da Lei n. 8.213/91.

No caso, tal questão foi suscitada nos embargos de declaração opostos e, a despeito disso, o tribunal permaneceu silente, quando deveria ter se pronunciado a respeito.

Observo tratar-se de questões relevantes, oportunamente suscitadas e que, se acolhidas, poderiam levar o julgamento a um resultado diverso do proclamado. Ademais, a não apreciação das teses, à luz dos dispositivos constitucional e infraconstitucional indicados a tempo e modo, impede o acesso à instância extraordinária.

Caracterizadas, portanto, as omissões, como o demonstram os seguintes arestos:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. ART. 535 DO CPC. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO NÃO SANADA. VIOLAÇÃO OCORRIDA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

1. É omissa o julgado que deixa de analisar as questões essenciais ao julgamento da lide, suscitadas oportunamente pela parte, quando o seu acolhimento pode, em tese, levar a resultado diverso do proclamado.

2. Necessidade da análise de questão relacionada à decadência do direito de anulação do ato de demarcação das terras de marinha no Município de Joinville, por ter sido a ação ajuizada mais de cinco anos depois da homologação do procedimento administrativo que determinou a linha preamar média de 1831.

3. Recurso especial da UNIÃO provido.

4. Recurso especial de H CARLOS SCHNEIDER S/A COMÉRCIO INDÚSTRIA prejudicado.

(REsp 1343519/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 20/11/2013)

PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO. VIOLAÇÃO OCORRIDA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO.

1. É omissa o julgado que deixa de analisar as questões essenciais ao julgamento da lide, suscitadas oportunamente pela parte, quando o seu acolhimento pode, em tese, levar a resultado diverso do proclamado.

2. Recurso especial provido.

(REsp 1213515/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2012, DJe 23/11/2012)

Nesse sentido: REsp 1.529.187/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 01.06.2015; REsp 1.444.331/ES, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de

18.05.2015; REsp 1.502.033/MG, DJe de 05.06.2015; dentre outros.

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, c, e 255, III, ambos do RISTJ, **DOU PROVIMENTO** ao Recurso Especial, para determinar o retorno dos autos ao tribunal *a quo*, a fim de que seja suprida a omissão indicada.

Prejudicada a análise das demais questões trazidas no especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

